MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA VELHA

Tenho a satisfação de apresentar a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta da Prefeitura, relativo ao exercício de 2021, acompanhado da presente exposição que visa a demonstrar a situação econômico-financeira do Município, na forma da Resolução 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

1. ORÇAMENTO
2.

2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei de Meios para o exercício de 2021, de nº. 2.500 de 26/11/2020 estimaram a receita e fixou a despesa em R$ 185.235.635,86 (cento e oitenta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no correr do exercício, como também especiais, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro que segue:

DESPESA FIXADA			R$	185.235.635,86
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	R$	72.306.205,11		
(-) REDUÇÕES	R$	23.578.800,89		
CRÉDITOS ESPECIAIS:				
Transferidos do exercício anterior	R$	-		
Abertos no exercício	R$	540.000,00		
(-) Reduções	R$	-		
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	R$	-		
DESPESA AUTORIZADA			R$	234.503.040,08

2.2 CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício considerado foram autorizados 71(setenta e um) créditos adicionais que somaram R$ 72.846.205,11, e utilizados os recursos abaixo discriminados, de acordo com o art. 43, da Lei 4320, de 17 de março de 1964:

Superávit Financeiro	R$	7.026.187,72
Excesso de Arrecadação	R$	25.241.216,50
Redução de Recursos	R$	27.070.005,49
Operação de Crédito	R$	17.000.000,00
Especial/Auxílios	R$	540.000,00

TOTAL R$ 72.846.205,11

2.3 ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R$ 193.138.109,73, verificando-se uma arrecadação a maior de R$ 7.902.473,87 em relação à receita atualizada.

O comportamento da receita no exercício considerado traduz-se no quadro abaixo:

Conta	Atualizada	Arrecadada	Diferença
RECEITAS CORRENTES	**173.971.061,00**	**193.696.927,69**	**19.725.866,69**
Receita Tributária	40.636.908,00	38.958.281,92	-1.678.626,08
Receita de Contribuições	7.410.000,00	9.006.627,29	1.596.627,29
Receita Patrimonial	12.277.500,00	7.538.094,59	-4.739.405,41
Receita Industrial			
Receita de Serviços	4.487.400,00	2.902.335,91	-1.585.064,09
Transferências Correntes	106.778.253,00	134.777.992,34	27.999.739,34
Outras Receitas Correntes	2.381.000,00	513.595,64	-1.867.404,36
RECEITAS DE CAPITAL	**5.935.774,86**	**3.380.993,65**	**-2.011.199,54**
Operações de Crédito	30.000,00	0,00	-30.000,00
Alienação de Bens	134.000,00	953.586,18	819.586,18
Transferências Receitas de Capital	5.763.874,86	2.254.702,38	-3.509.172,48
Outras Receitas de Capital	7.900,00	172.705,09	164.805,09
Receitas Correntes Intra-Orçament	16.575.000,00	17.118.581,67	543.581,67
Deduções da Receita	11.246.200,00	21.058.393,28	9.812.193,28
TOTAL	185.235.635,86	193.138.109,73	7.902.473,87

As transferências correntes e de capital da União e do Estado, no montante de R$ 137.032.694,72 corresponderam a 71% do total arrecadado.

O comportamento da receita realizada nos cinco últimos exercícios, distinguindo-se as receitas próprias, foi o seguinte:

Exercícios	RECEITA REALIZADA		
	Própria	Transferências 1.7+2.4-9.1.7	TOTAL
2017	48.889.058,40	87.384.269,16	136.273.327,56
2018	59.888.753,36	89.314.995,50	149.203.748,86
2019	67.684.384,94	94.011.995,61	161.696.380,55
2020	76.087.040,38	98.579.410,77	174.666.451,15
2021	70.353.504,61	122.784.605,12	193.138.109,73

Houve, assim, um acréscimo de arrecadação de 41% em relação ao primeiro ano da série e 11% em relação ao último exercício.

1.4 ANÁLISES DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada no Exercício de 2021 foi de R$ 185.235.635,86, sendo alterada conforme os créditos adicionais já citados para R$ 195.983.774,71.

A despesa realizada alcançou R$ 174.633.809,24, importância que se distribuiu da forma seguinte:

TÍTULOS	Autorizada	Realizada	Diferença
DESPESAS CORRENTES	161.680.711,00	168.510.012,45	6.829.301,45
Pessoal e Encargos sociais	111.455.825,00	110.590.516,33	-865.308,67
Juros e Encargos da Dívida	200.000,00	804.519,88	604.519,88
Outras Despesas Correntes	50.024.886,00	57.114.976,24	7.090.090,24
DESPESAS DE CAPITAL	9.658.174,86	6.123.796,79	3.534.378,07
Investimentos	8.143.174,86	4.689.962,29	3.453.212,57
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	1.515.000,00	1.433.834,50	-81.165,50
Reserva de Contingência	13.896.750,00	0,00	0,00
TOTAL	**185.235.635,86**	**174.633.809,24**	**10.601.826,62**

A maior concentração de dispêndio deu-se em Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, cujo montante de R$ 110.590.516,33 representa 63% do total.

O comportamento da despesa realizada nos cinco últimos exercícios, destacando-se as Despesas Correntes das Despesas de Capital, foi o seguinte:

ANOS	DESPESA REALIZADA		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
2017	126.236.925,43	2.367.024,23	128.603.949,66
2018	139.002.133,74	3.780.848,89	142.782.982,63
2019	141.563.587,62	1.849.730,79	143.413.318,41
2020	157.005.617,88	4.077.334,88	161.082.952,76
2021	168.510.012,45	6.123.796,79	174.633.809,24

Houve assim, um acréscimo na despesa de 36,0% em relação ao primeiro ano da série e 8% em relação ao último exercício.

Verifica-se, então, que na execução orçamentária dos cinco últimos exercícios a receita arrecadada obteve um incremento de 41%, e a despesa aumentou em 36%.

1.5 CONFRONTOS DA RECEITA E DA DESPESA

A execução orçamentária alcançou as cifras seguintes:

DESPESA AUTORIZADA:				
Créditos ordinários	R$	233.963.040,08		
Créditos especiais	R$	540.000,00	R$	234.503.040,08
DESPESA REALIZADA			R$	174.633.809,24
DESPESA A MENOR			R$	59.869.230,84
RECEITA PREVISTA:			R$	185.235.635,86
RECEITA ARRECADADA			R$	193.138.109,73
RECEITA A MAIOR			R$	7.902.473,87

3. GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do Município, demonstrando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, consideradas a origem e aplicação dos recursos à disposição da Fazenda Pública.

A situação do Patrimônio Financeiro do Município, segundo este Balanço, é a seguinte:

1	ATIVO	227.328.778,85
11	ATIVO CIRCULANTE	181.611.521,49
12	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	45.717.257,36
2	PASSIVO	227.328.778,85
21	PASSIVO CIRCULANTE	13.624.100,75
22	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	132.089.623,96
23	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81.615054,14

3.2 DÍVIDA PÚBLICA

A) DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada que compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender o desequilíbrio orçamentário ou o financiamento de obras e serviços públicos, montou a R$ 2.213.904,14, previamente autorizado por lei, nos termos das disposições do diploma legal 4320/64.

O saldo desta dívida apresenta a seguinte situação:

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R$	3.386.609,27
REDUÇÃO NO PERÍODO	R$	-1.172.705,13
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	R$	2.213.904,14

B) DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante do Município, no montante de R$ 6.079.582,15, encontra-se assim discriminada:

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R$	4.508.780,35
REDUÇÃO NO EXERCÍCIO	R$	-1.570.801,80
SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE	R$	6.079.582,15

3.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo patrimônio da Prefeitura estão demonstradas no Demonstrativo de Variações Patrimoniais e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAS QUANTITATIVAS		
VPA	R$	308.329.034,17
VPD	R$	276.604.589,03
Superávit no Período R$	R$	31.724.445,14

3.4 INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

O anexo 9, PAD, Demonstrativo dos Limites – RGF, apresenta no recurso 1103 (Quadra Coberta PAC 2), convênio com a União - prorrogação de prazo de construção, valor a receber de R$ 91.778,77. Recurso 1112 (Veiculo Escolar PAR) convênio com FNDE, valor a receber da União, que se encontra dentro do prazo previsto no valor de R$ 199.940,00, e Recurso 3001 Museu do Kerb – Contrato rescindido, o setor de contabilidade já solicitou cópia do distrato, junto ao setor de Contratos para proceder com a anulação do empenho.

Os demais recursos encerraram o exercício com Suficiência Financeira.

4. GESTÃO FINANCEIRA – VERBAS EDUCAÇÃO E SAÚDE

3.1 INFORMAÇÕES FÍSICO-FINANCEIRAS SOBRE RECURSOS APLICADOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE/FUNDEB

Apresentamos o Relatório Físico-Financeiro, sobre a gestão dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, relativos ao exercício financeiro de 2021.

RECEITA

No exercício de 2020 o comportamento da receita proveniente da arrecadação de Impostos, Transferências Constitucionais e Dívida Ativa de Impostos foi o seguinte:

RECEITA	ARRECADADO	%	
1.1 IPTU	15.168.604,98	25	
1.2 ITBI	5.003.425,54	25	
1.3 ISSQN	8.960.331,02	25	
1.4 IRRF	6.875.929,78	25	
2.1 FPM	35.483.497,81	25	
2.2 ICMS	29.524.070,02	25	
2.4 IPI	318.287,61	25	
2.5 ITR	7.799,06	25	
2.6 IPVA	8.746.499,07	25	
9.9 DEDUÇÕES	(194.563,84)		
TOTAL	109.893.881,05	25	27.473.470,26
Despesa			27.756.036,32
% Aplicado			25,26

OUTRAS RECEITAS

Além das receitas destinadas constitucionalmente para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, foram transferidos e arrecadados os seguintes recursos para a Educação:

RECEITAS	VALOR
Aplicação Financeira – MDE	37.837,77
Aplicação Financeira – FUNDEB	248.150,85
Total	285.988,62

FUNDEB

No exercício de 2021, com referência às retenções nas transferências constitucionais do FPM, ITR, ICMS, IPVA, LC 87/96 e IPI - Exportação, o Município contribuiu para o FUNDEB, com o valor de R$ 14.248.089,60 e obteve a receita de R$45.487.160,40, como transferência do FUNDEB.

DESPESA

A despesa realizada com os programas de EDUCAÇÃO INFANTIL e ENSINO FUNDAMENTAL, que efetivamente são reconhecidos como gastos computáveis na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, pelo artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9394/96, somaram R$ 47.174.087,55 conforme demonstrativo abaixo:

MDE	12.838.289,23
FUNDEB	43.943.377,78
Total	56.781.667,01

CONCLUSÃO

Pelos demonstrativos acima, podemos comprovar que o Município deveria aplicar o mínimo de R$ 27.743.470,26 na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e, que no exercício de 2021 foram aplicados R$ 27.756.036,32 em despesas computáveis com a MDE. Portanto, o Município aplicou R$ 12.566,06, acima do valor mínimo previsto, que corresponde no total, em 25,26% gasto na manutenção do Ensino.

Estes recursos foram destinados à manutenção de 12 escolas municipais de educação infantil, 14 escolas municipais de ensino fundamental e 15 escolas conveniadas contratadas através do sistema de compra de vagas, onde foram atendidos 6.942 alunos.

3.2 RELATÓRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDES REFERENTES À APLICAÇÃO RECURSOS VINCULADOS ÀS AÇÕES DE SAÚDE – ASPS

No exercício de 2021, o Município de Estância Velha/RS, através da Secretaria da Saúde do Município de Estância Velha/RS, executou a gestão financeira dos recursos vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, conforme a seguir exposto.

ORÇAMENTO ANUAL DE 2021

No exercício de 2021 o Município obteve uma receita proveniente da arrecadação de Impostos, Transferências Constitucionais e Dívida Ativa de Impostos, no valor de R$ 109.893.881,05 (cento e nove milhões, oitocentos e noventa e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinco centavos), conforme demonstrativo abaixo:

RECEITA	ARRECADADO	%	
1.1 IPTU	15.168.604,98	15	
1.2 ITBI	5.003.425,54	15	
1.3 ISSQN	8.960.331,02	15	
1.4 IRRF	6.875.929,78	15	
2.1 FPM	35.483.497,81	15	
2.2 ICMS	29.524.070,02	15	
2.4 IPI	318.287,61	15	
2.5 ITR	7.799,06	15	
2.6 IPVA	8.746.499,07	15	
9.9 DEDUÇÕES	(194.563,84)		
TOTAL	109.893.881,05	15	16.484.082,16
Despesa			32.341.129,36
% Aplicado			29.43

Além desta receita, o Município obteve uma arrecadação, proveniente de aplicações financeiras dos recursos da conta ASPS, que importou em R$ 1.504,82 (um mil quinhentos e quatro reais e oitenta e dois centavos).

De acordo com a Orientação Técnica n.º 02/2002 e alterações seguintes do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que estabelece normas para a verificação do cumprimento dos limites mínimos de gastos com ações e serviços públicos na área da saúde, que dispõe a Emenda Constitucional n.º 29/2000, o Município deveria aplicar um mínimo de 15,00 %, no exercício de 2021, da Receita Proveniente de Impostos, Transferências Constitucionais e Dívida Ativa de Impostos,

que corresponde a R$ 16.509.270,12, que somados aos rendimentos da conta ASPS, no valor de R$ 1.504,82, totaliza R$ 16.510.774,94.

DESPESA

No exercício de 2021 o Município realizou gastos com Ações e Serviços Públicos na Área da Saúde, em conformidade com a Emenda Constitucional n.º 29/2000, no valor de R$ 32.341.129,36, conforme demonstrativo de aplicação do Recurso 40 - ASPS. Portanto, o Município realizou uma despesa superior ao limite estabelecido pela Orientação Técnica n.º 02/2002 – TCE, no valor de R$ 15.857.047,20, correspondente a 29,43% da receita proveniente de Impostos, Transferências Constitucionais e Dívida Ativa de Impostos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos de gestão financeira e econômica do exercício de 2021, estando este Município à sua disposição para os esclarecimentos necessários.

Sendo o que tínhamos para o momento, manifestamos nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Diego Wilian Francisco
Prefeito Municipal

Estância Velha, 16 de março de 2022.